

---

# Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola)<sup>1</sup>

LUÍS LUÍS<sup>2</sup>

## R E S U M O

Nesta nota publica-se um conjunto de fragmentos de ânforas romanas da Classe 3, provenientes de Mata-Filhos, um pequeno sítio de natureza fortificada, localizado 10 quilómetros a noroeste de Mértola. Estes materiais são integrados no conjunto de ânforas da mesma classe conhecidas em território nacional, de forma a melhor compreender o contexto importador.

Relacionam-se as ânforas de Mata-Filhos com um conjunto de materiais arqueológicos conhecidos na região de Mértola, datados do século II e inícios do I a.C., concluindo-se que eles confirmam esta região, provida de interesse económico e com acesso facilitado ao mar, como um palco dos acontecimentos político-militares do processo de conquista romana e consequentes convulsões.

## A B S T R A C T

In this paper we publish some late republican roman amphorae found in the small fortified site of Mata-Filhos, located some 10 km northwest from Mértola. We examine these artefacts in the context of Class 3 amphorae in Portugal to better understand the site where they were found.

We then relate these amphorae with other archaeological data from this area dating from the 2nd and early 1st century BC. All of them help us place Mértola, and its surroundings, in the middle of the political and military events of the process of roman conquest.

## 1. Contextualização dos materiais

O sítio arqueológico de Mata-Filhos<sup>3</sup>, local de proveniência dos materiais aqui apresentados, foi descoberto em 1998 no decurso de uma pequena prospecção de campo realizada na região de Mértola. Em busca de vestígios arqueológicos datados da Idade do Ferro pelo Campo Arqueológico de Mértola, chegámos até à Horta de Mata-Filhos<sup>4</sup>, onde fomos informados pelo seu proprietário acerca da existência de “casas de romanos ou mouros” no cimo de um cerro próximo (Figs. 1 e 2). O sítio revelou-se de difícil detecção, uma vez que se encontra parcialmente coberto por um denso esteval, mas de particular importância pelos vestígios aí detectados.

Situado a cerca de 10 km de Mértola, nos contrafortes da Serra da Alcaria Ruiva, cujo nome antigo era Serra Danes, “por tradição nome Turquesco” (Memórias Paroquiais de 1758, *in* Boiça

e Barros, 1995, p. 40), o cerro domina, ainda que um pouco afastado, o largo vale que corre a norte da Serra de Santo Barão. Desse lado, o acesso é mais difícil, devido a um desnível mais acentuado, enquanto que do lado NE, a inclinação é menor e o acesso mais facilitado. Ainda do lado SW situa-se uma pequena nascente de água, que serve hoje para matar a sede aos rebanhos que por aí pastam.

A área de distribuição de achados, dividida ao meio por uma vedação, estende-se por mais de 2700 m<sup>2</sup>, e encontra-se delimitada em toda a sua extensão por uma muralha, por vezes de difícil detecção, por via da densidade da vegetação. A muralha (Fig. 3) que circunda o cerro aproveita os afloramentos rochosos para a sua implantação, sendo possível verificar a existência de muros em determinadas zonas (Fig. 4), embora seja sobretudo denunciada pela presença de taludes de terra (Fig. 5). Nas zonas de maior visibilidade, os muros apresentam uma espessura de dois metros, e o talude na zona nordeste apresenta cerca de quatro metros e meio. No lado oeste da muralha parece existir um pequeno ressalto, podendo-se colocar a questão de ter ou não aí existido uma estrutura adossada à muralha.

No interior desta muralha surgem alguns materiais arqueológicos, com especial incidência para os fragmentos de bocal, bojo, fundos e asas de ânfora, assim como alguma cerâmica comum. Nas nossas visitas ao local não detectámos qualquer vestígio de cerâmica de luxo, assim como qualquer *tegula* ou *imbrex*.

Desconhecido da arqueologia, o cerro de Mata-Filhos não passou despercebido aos caçadores de tesouros, que já o visitaram, a julgar por alguns buracos que por ali se vêem. Para além destes esporádicos actos de destruição, o sítio não se encontra particularmente ameaçado, estando em grande parte ocupado por estevas, que o escondem e protegem. Na zona nordeste da vedação, os vestígios, nomeadamente a muralha, poderão estar um pouco mais destruídos por acção das máquinas agrícolas, pois estamos numa área de pastos já mais humanizada.

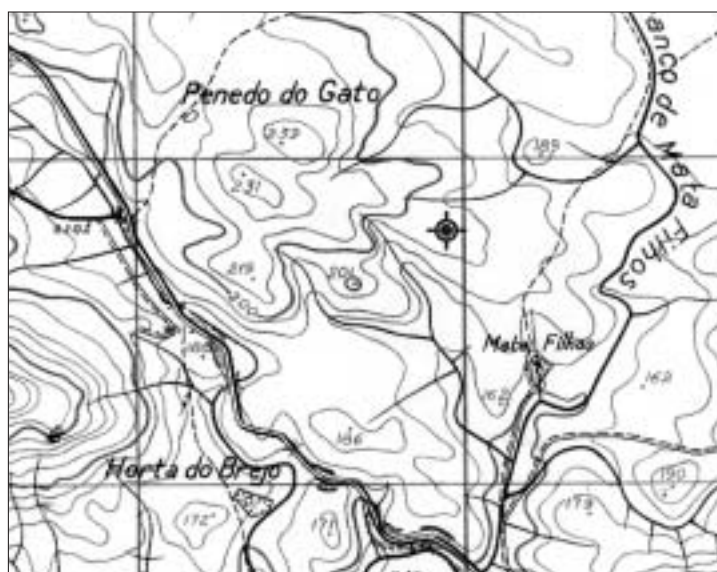


Fig. 1 Localização do sítio arqueológico de Mata-Filhos (CMP, 1:25 000, fl. 550).



Fig. 2 Vista do Cerro de Mata-Filhos (a partir de sul aproximadamente).

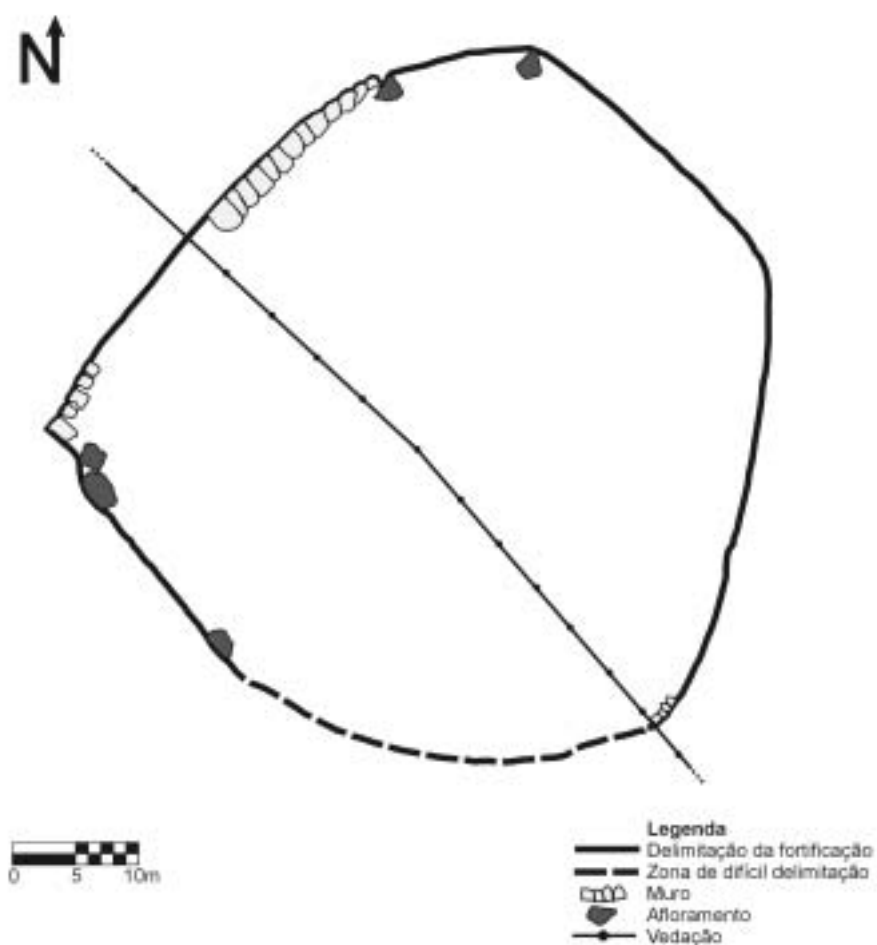


Fig. 3 Planta esquemática das estruturas identificadas.



Fig. 4 Vestígios de muralha que aflora à superfície na zona oeste.



Fig. 5 Talude de terra na zona nordeste do sítio.

## 2. Descrição dos materiais

Passaremos agora à descrição dos materiais detectados a partir de uma simples recolha de superfície, restringindo-nos apenas às ânforas, e dentro delas, aos fragmentos mais claramente identificáveis, como os bocais e bicos fundeiros. Deixámos pois de fora a cerâmica comum, por ser menos significativa, assim como fragmentos de difícil atribuição tipológica, como por exemplo os fragmentos de bojo de ânfora e mesmo asas<sup>5</sup>.

**01.** Fragmento de bocal de ânfora (Fig. 6, n.º 1). Lábio pouco inclinado, com cerca de 2,5 cm de altura, delimitando um bocal com cerca de 14 cm de diâmetro externo. A pasta é homogénea, com grãos de pequeno calibre e alguns elementos não plásticos. A sua cor é rosa (Mun. 2,5 YR 7/4).

**02.** Fragmento de bocal de ânfora (Fig. 6, n.º 2). Lábio triangular muito oblíquo, com 2,5 cm de altura, definindo um bocal com 13 cm de diâmetro. A pasta é pouco homogénea, com grãos de pequeno calibre, e apresenta uma cor vermelha clara (Mun. 10 R 6/6).

**03.** Fragmento de bocal de ânfora (Fig. 6, n.º 3). Lábio oblíquo, triangular, com cerca de 4 cm de altura, definindo um bocal com 14 cm de diâmetro externo. A pasta é constituída essencialmente por grãos de pequeno calibre, ao que se adicionou alguma cerâmica moída, e possui uma coloração rosa (Mun. 2,5 YR 8/4).

**04.** Fragmento de bocal de ânfora, com início de colo (Fig. 6, n.º 4). Lábio oblíquo, com cerca de 4 cm de altura, delimitando um bocal de 13 cm de diâmetro externo. A pasta é homogénea, composta por grãos de médio calibre e por grande quantidade de inclusões, principalmente partículas negras vulcânicas. No cerne a sua coloração é rosa (Mun. 2,5 YR 8/4), enquanto que no exterior é vermelha clara (Mun. 10 R 6/8).

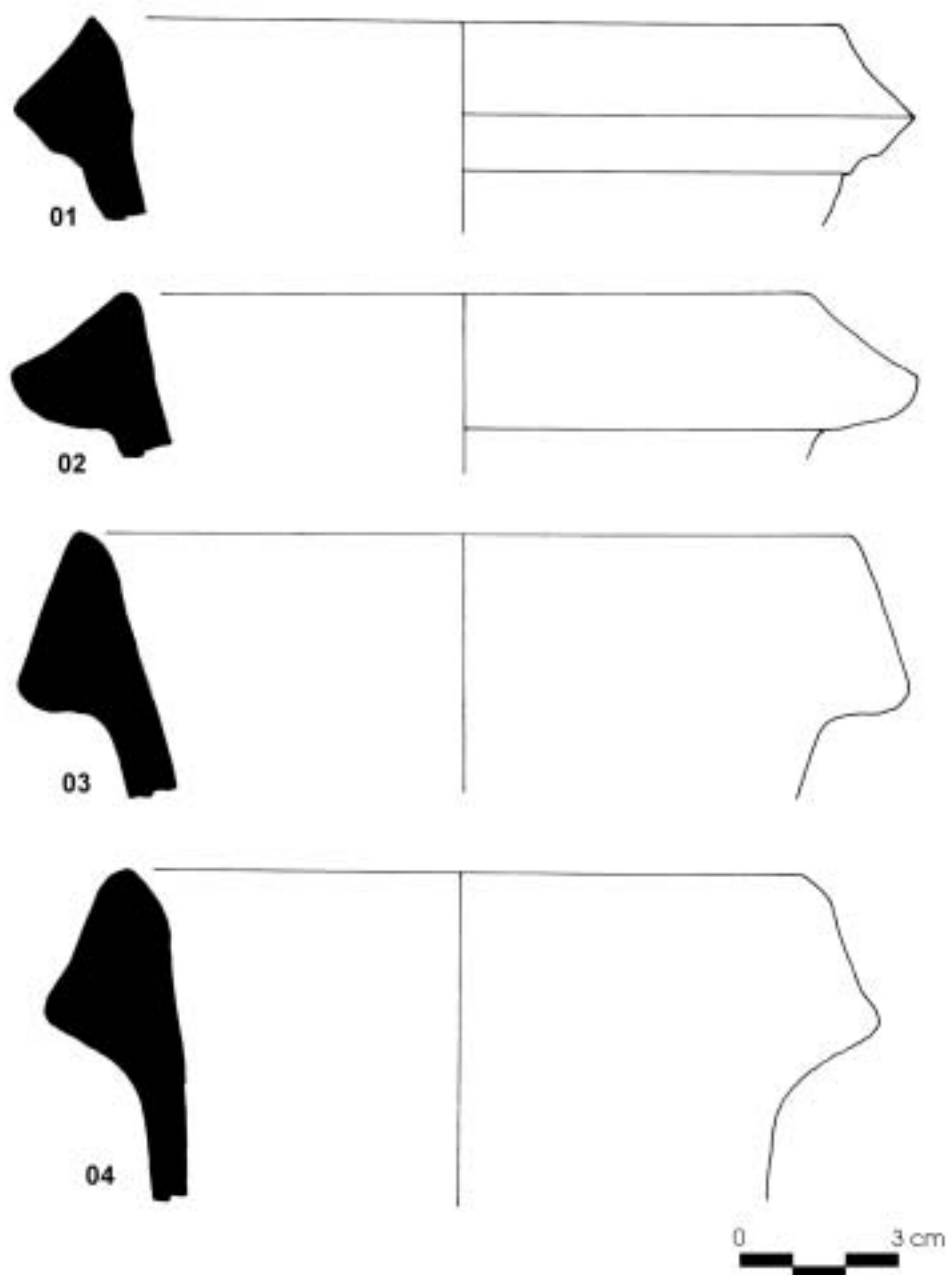


Fig. 6 Ânforas de Mata-Filhos. Fragmentos 1 a 4.

**05.** Fragmento de bocal de ânfora com início de colo e arranque de asa (Fig. 7, n.º 5). O lábio é oblíquo, com 3,5 cm de altura, apresentando um ligeiro espessamento no bordo. A asa é de secção ovalada, com cerca de 5 cm de largura e 2 cm de espessura. A pasta é granulosa, com inclusões muito abundantes, constituídas por quartzos e principalmente partículas negras vulcânicas. A sua cor é vermelha clara (Mun. 10 R 6/4).

**06.** Fragmento de bocal de ânfora (Fig. 7, n.º 6). O lábio é oblíquo, medindo 2,7 cm de altura. A pasta é pouco homogênea, com abundância de inclusões, nomeadamente grãos de quartzo e partículas negras vulcânicas. A sua cor é castanha avermelhada clara (Mun. 2,5 YR 6/4).

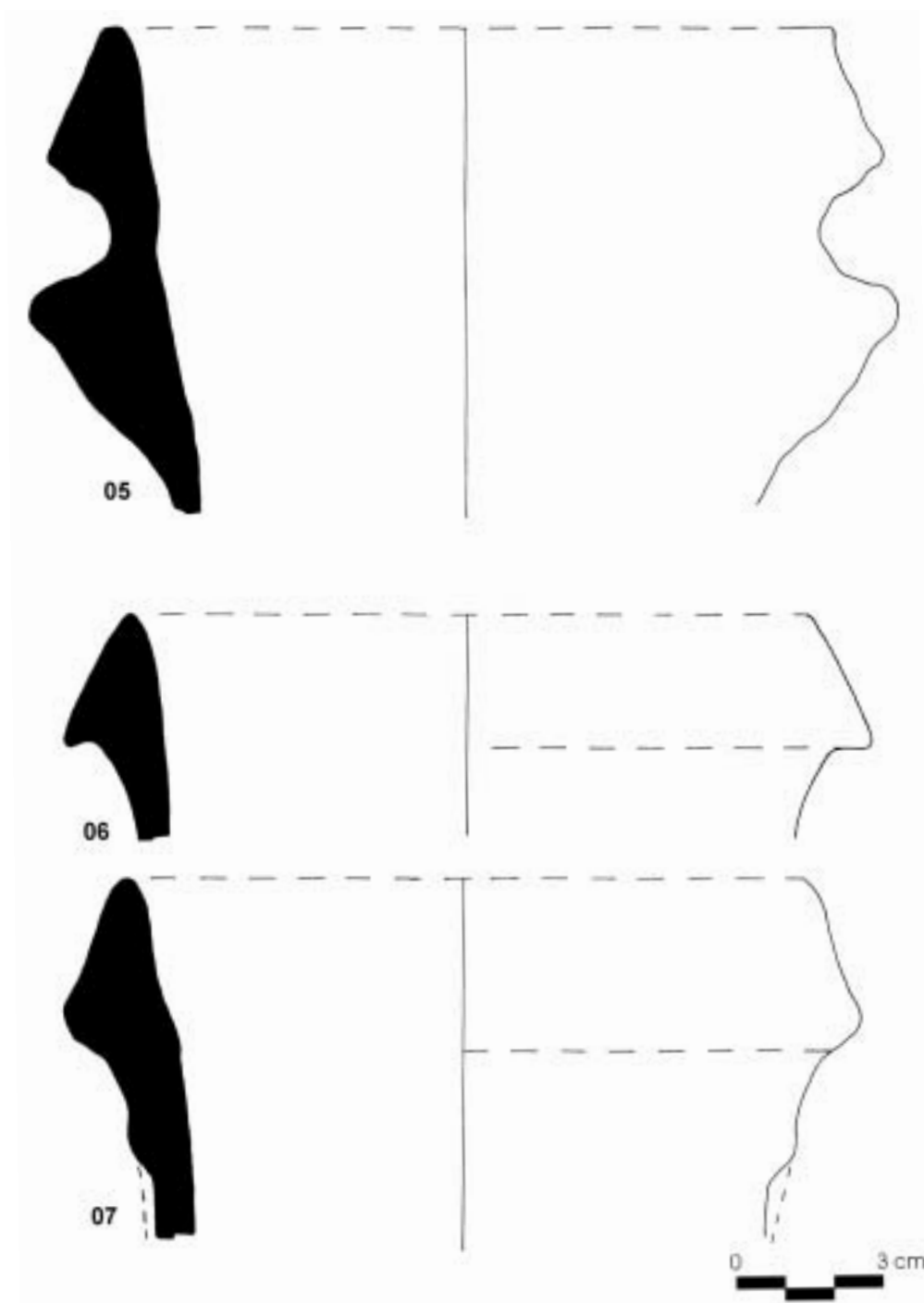


Fig. 7 Ânforas de Mata-Filhos. Fragmentos 5 a 7.

**07.** Fragmento de bocal de ânfora, com início de colo, e eventualmente o arranque de uma asa (Fig. 7, n.º 7). O lábio é oblíquo e tem 3,5 cm de altura. A pasta é pouco homogênea e muito granulosa, com abundantes inclusões, nomeadamente quartzo, mica e partículas negras vulcânicas. No cerne a sua cor é rosa (Mun. 2,5 YR 8/4), enquanto no exterior é vermelha clara (Mun. 10 YR 6/4).

**08.** Fragmento de bocal e colo de ânfora (Fig. 8, n.º 8). Lábio de perfil triangular com 3,3 cm de altura, definindo um bocal com 8,4 cm de diâmetro. A pasta é de extraordinária qualidade, muito fina e homogênea, sem inclusões, e apresenta vestígios de engobe externo. A sua cor é rosa (Mun. 5 YR 8/4).

**09.** Fragmento de bocal e início de colo de ânfora (Fig. 8, n.º 9). Lábio triangular com 3,5 cm de altura, delimitando um bocal com 16 cm de diâmetro externo. A pasta é pouco homogênea, composta por grãos de calibre médio e abundantes inclusões, principalmente partículas negras vulcânicas. Apresenta uma coloração rosa (Mun. 7,5 R 6/6).

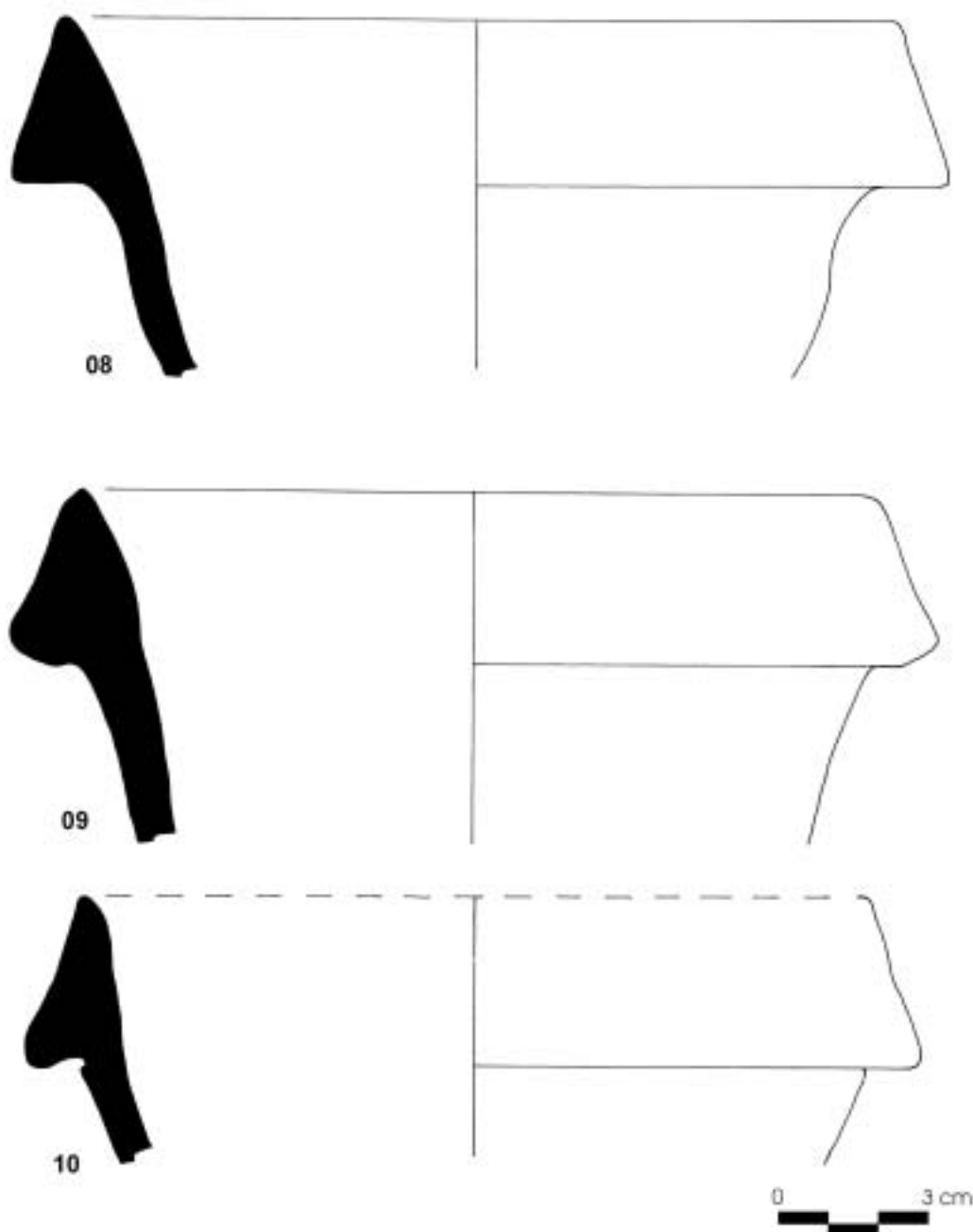
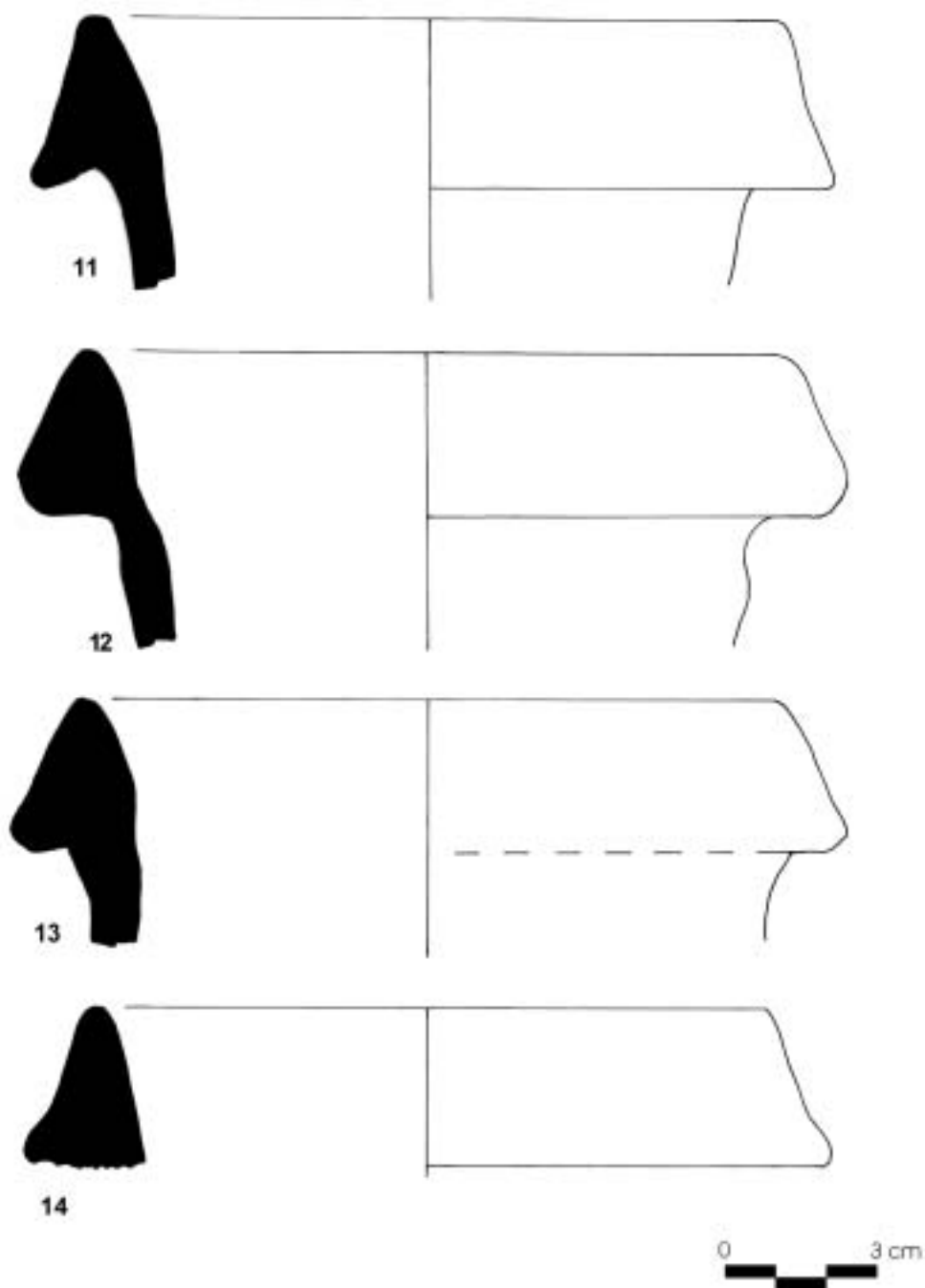


Fig. 8 Ânforas de Mata-Filhos. Fragmentos 8 a 10.



**Fig. 9** Ânforas de Mata-Filhos. Fragmentos 11 a 14.

**10.** Fragmento de bocal de ânfora (Fig. 8, n.º 10). Lábio oblíquo com 3,5 cm de altura. A pasta apresenta características idênticas à anterior, mas a sua cor é vermelha clara (Mun. 10 R 6/4).

**11.** Fragmento de bocal de ânfora, com início de colo (Fig. 9, n.º 11). Lábio oblíquo com 3,4 cm de altura, definindo um bocal de 14 cm de diâmetro externo. A pasta apresenta características análogas às anteriores e a sua cor é rosa (Mun. 5 YR 8/4).



12. Fragmento de bocal de ânfora, com início de colo (Fig. 9, n.º 12). Lábio oblíquo, com 3,2 cm de altura, delimitando um bocal com 13,4 cm de diâmetro externo. Pasta idêntica às anteriores, com grande abundância de partículas negras vulcânicas, que lhe conferem uma tonalidade rosa mais escura (Mun. 2,5 YR 7/4).

13. Fragmento de bocal de ânfora (Fig. 9, n.º 13). Lábio oblíquo, com 3 cm de altura, definindo um bocal com 13,8 cm de diâmetro externo. Pasta análoga às anteriores, com coloração igualmente cor-de-rosa (Mun. 2,5 YR 8/4).

14. Fragmento de bocal de ânfora (Fig. 9, n.º 14). Lábio oblíquo, triangular, com 3 cm de altura, definindo um bocal com 12,4 cm de diâmetro externo. Pasta homogênea, com elementos de pequeno calibre, nomeadamente quartzo e partículas negras vulcânicas. Apresenta uma cor castanha avermelhada clara (Mun. 2,5 YR 6/4).

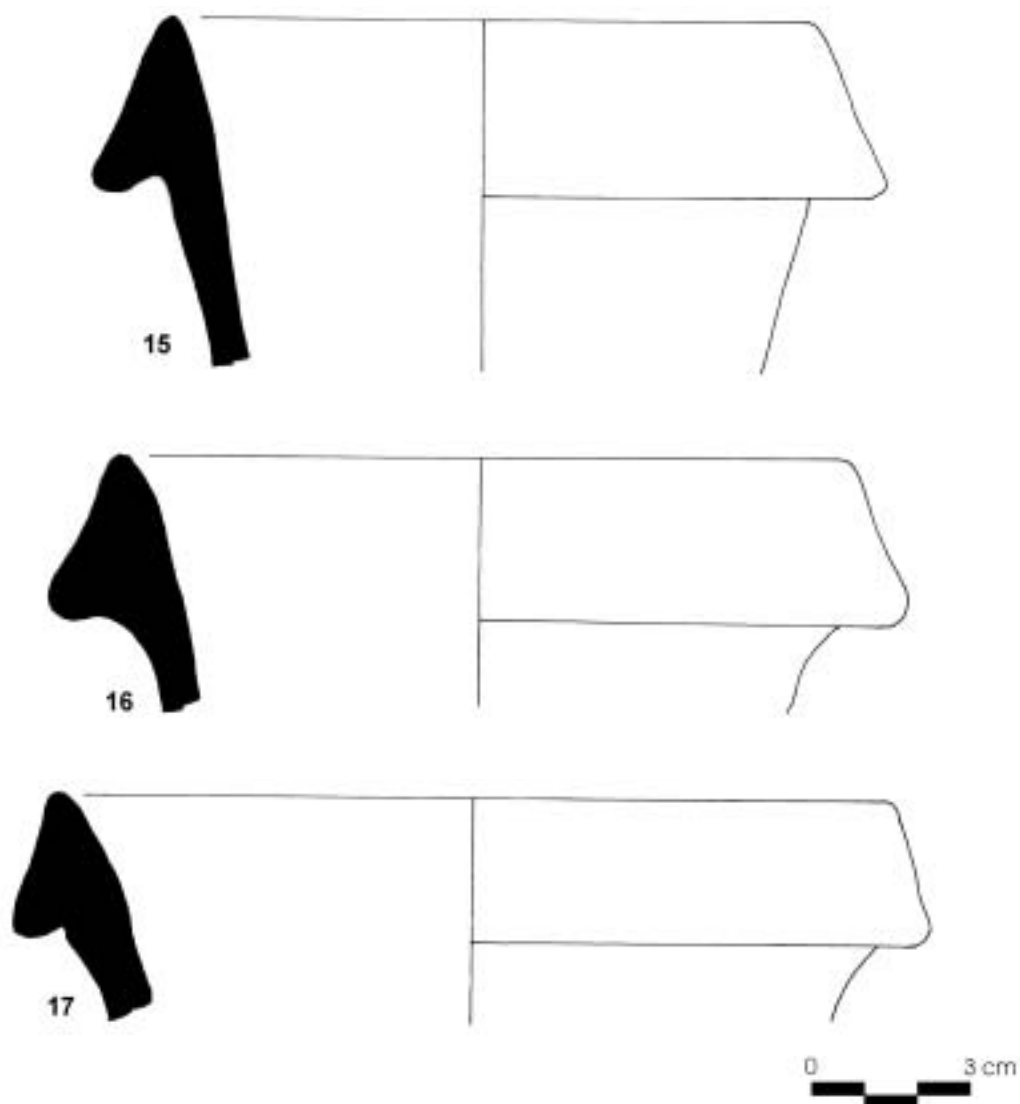


Fig. 10 Ânforas de Mata-Filhos. Fragmentos 15 a 17.

15. Fragmento de bocal de ânfora, início de colo (Fig. 10, n.º 15). Lábio oblíquo com 3,3 cm de altura, delimitando um bocal com 12,4 cm de diâmetro externo. A pasta é homogénea, com grãos de pequeno calibre, e inclusões, principalmente quartzo e partículas negras vulcânicas. Apresenta uma tonalidade rosa (Mun. 5 YR 8/4), com um cerne mais escuro (Mun. 7,5 R 7/8).

16. Fragmento de bocal de ânfora e início de colo (Fig. 10, n.º 16). Lábio oblíquo, com 3 cm de altura, definindo um bocal com 14 cm de diâmetro externo. Pasta pouco homogénea, com grãos de calibre médio e abundantes inclusões, principalmente partículas negras vulcânicas. A sua cor é rosa (Mun. 7,5 R 6/6).

17. Fragmento de bocal de ânfora (Fig. 10, n.º 17). Lábio oblíquo, com 2,7 cm de altura, definindo um bocal com 16 cm de diâmetro externo. Pasta homogénea, algo porosa, com grãos de pequeno calibre e raras inclusões. Apresenta uma coloração rosa (Mun. 5 YR 8/3), e um cerne mais escuro.

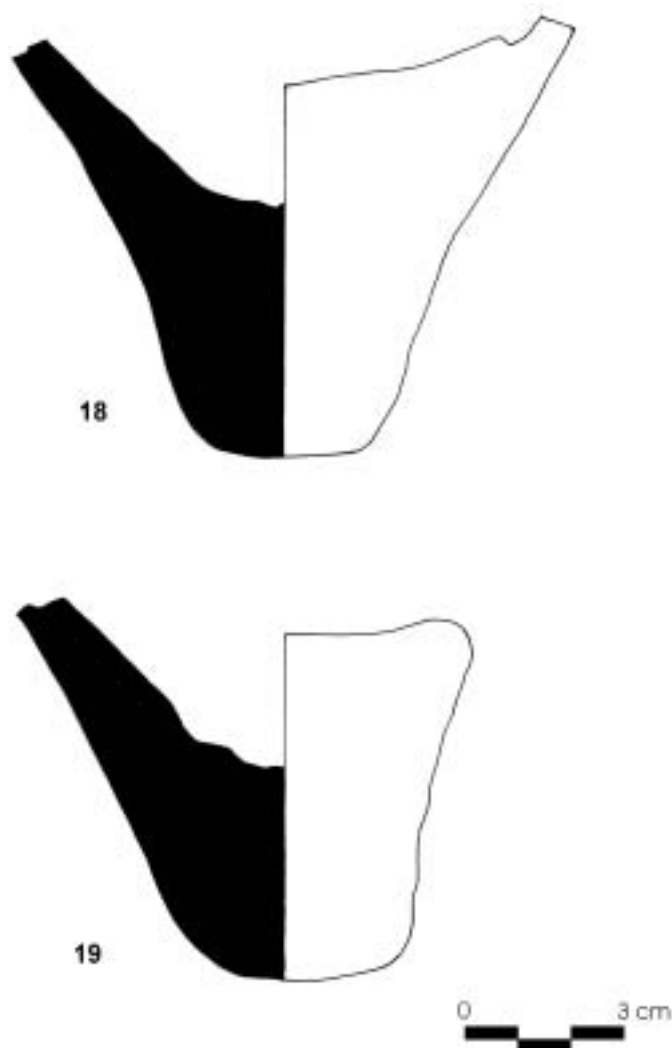


Fig. 11 Ânforas de Mata-Filhos. Fragmentos 18 e 19.

- 18.** Bico fundeiro curto, robusto e maciço (Fig. 11, n.º 18). A pasta, com vestígios de engobe, é homogénea, com grão de pequeno calibre e abundantes inclusões, principalmente partículas negras vulcânicas. A sua cor é rosa (Mun. 5 YR 8/4), e o cerne chega quase ao negro, devido à abundância das partículas negras.
- 19.** Bico fundeiro curto, estreito e maciço, com remate achatado (Fig. 11, n.º 19). Pasta homogénea, constituída por grãos de pequeno calibre, e abundantes partículas negras vulcânicas. Cor idêntica à anterior.
- 20.** Bico fundeiro curto, robusto e maciço, com remate hemisférico (Fig. 12, n.º 20). Pasta idênticas à anterior, com vestígios de engobe interno. A cor é rosa (Mun. 5 YR 8/4).
- 21.** Bico fundeiro fracturado (Fig. 12, n.º 21). Pasta medianamente homogénea, com abundantes inclusões, principalmente partículas negras vulcânicas. Cor vermelha clara (Mun. 10 R 6/4), mais arrosada no cerne (Mun. 2,5 YR 7/4).

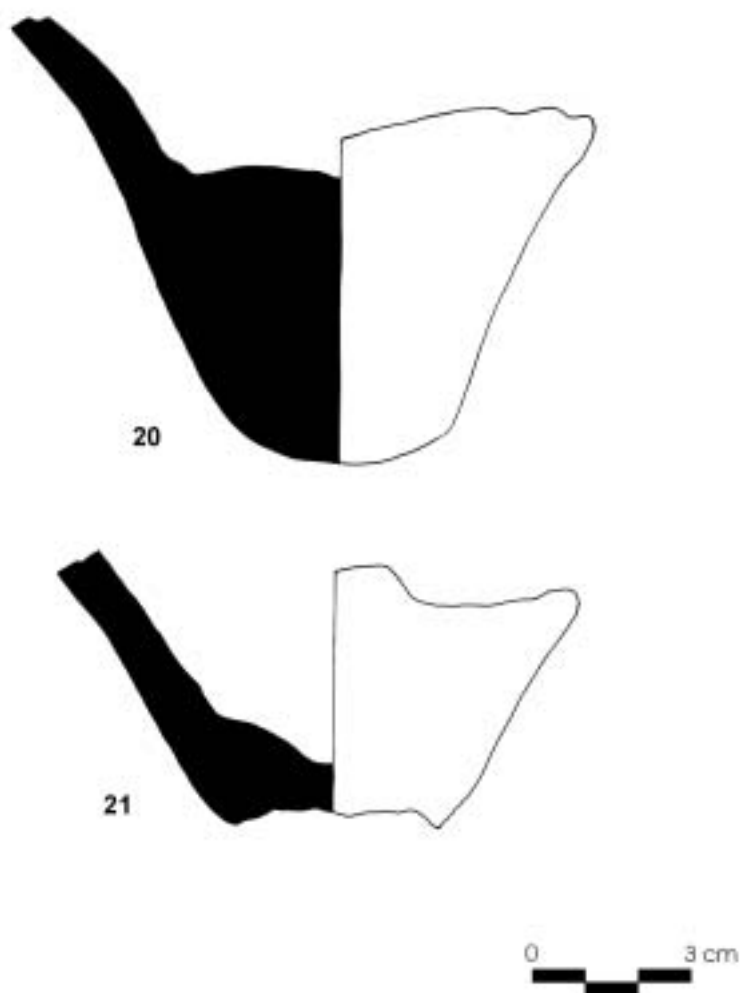


Fig. 12 Ânforas de Mata-Filhos. Fragmentos 20 e 21.

### 3. Tipologia e funcionalidade das ânforas

Estamos perante um conjunto de materiais que revela grande homogeneidade. Lábios triangulares, com diferentes graus de inclinação, pastas, na sua maioria, algo grosseiras, de tonalidades rosa ou vermelha, com grande quantidade de partículas negras vulcânicas.

Este tipo de lábio inclinado é característico das ânforas itálicas, desde as Greco-Itálicas (Classe 2) até às Dressel 1 (Classes 3, 4 e 5), o que representa um âmbito cronológico bastante alargado, desde o século IV a.C. (Peacock e Williams, 1986, p. 85), mas sobretudo entre o século III e o I a.C.

As ânforas de Classe 2 terão evoluído e dado origem às várias Dressel 1 (Joncheray, 1976, p. 21). Em termos de forma de bordo, as semelhanças são maiores entre as Classes 2 (Greco-Itálicas) e 3 (Dressel 1A), cuja evolução se terá dado por volta de 130 a.C. (Peacock e Williams, 1986, p. 24). Ambas possuem um bordo triangular, semelhante aos que aqui apresentamos, sendo de difícil distinção apenas com base em pequenos fragmentos (Hesnard e Lemoine, 1981, p. 252; Peacock e Williams, 1986, p. 85), como estes. Nino Lamboglia (1955, p. 261) afirmou mesmo ser quase impossível distinguir as variantes da Dressel 1, com base apenas nos lábios, o mesmo se aplicando às Greco-Itálicas. Tratando-se de exemplares completos, a distinção é mais facilitada, uma vez que as ânforas da Classe 2 são tendencialmente mais bojudas, por oposição à Classe 3.

Se as pastas não auxiliam na distinção destes dois tipos de ânforas, em virtude de terem sido produzidas no mesmo contexto geográfico e geológico, a sua distinção poderá ser apenas feita de forma relativa, a partir da forma dos lábios. Os lábios das ânforas de Classe 2 (Greco-Itálicas) são mais oblíquos e com grande espessura em relação à altura (Fabião, 1989, p. 99). Com o decorrer do tempo, estes lábios vão-se tornando mais verticais, sendo ainda bastante inclinados na Classe 3 (Dressel 1A), e já mais verticais nas Classes 4 e 5 (Dressel 1B e C).

Tornou-se assim necessária a definição de critérios taxonómicos, que permitam a distinção e classificação dos diferentes fragmentos identificados. Neste sentido, determinou-se que os fragmentos com uma relação entre a altura do lábio e a sua espessura máxima inferior ou igual a 1, sejam classificados dentro da Classe 3. De entre os fragmentos que apresentem um valor superior a 1, classificam-se dentro da Classe 3, aqueles que apresentam uma altura inferior a 5,5 cm, e os restantes na Classe 4 (Hesnard e Lemoine, 1981, n. 33).

Quadro 1. Relação altura/espessura dos lábios das ânforas de Mata-Filhos.

N.º	Altura	Espessura máxima	Altura/Espessura	Classe
01	2,8	2,2	1,27	3
02	2,7	2,3	1,17	3
03	3,4	2,5	1,36	3
04	4,5	2,4	1,88	3
05	3,6	2	1,80	3
06	2,8	2,1	1,33	3
07	3,5	2,2	1,59	3
08	3,4	2,6	1,31	3
09	3,5	2,6	1,35	3
10	3,5	2	1,75	3
11	3,5	2,7	1,30	3
12	3,3	2,3	1,43	3
13	3,1	2,4	1,29	3
14	3,1	2,4	1,29	3
15	3,3	2,5	1,32	3
16	3,1	2,6	1,19	3
17	2,7	2,3	1,17	3

A análise da relação altura/espessura máxima dos lábios do conjunto de Mata-Filhos (quadro 1) leva-nos a classificá-los todos dentro da Classe 3 (Dressel 1A), embora seja de assinalar que os valores dos fragmentos 02, 16 e 17 se aproximam dos valores da Classe 2.

A inserção destes fragmentos na Classe 3, conjugada com a presença na pasta das partículas negras, denuncia uma produção campaniense, que terá decorrido entre 130 a.C. e meados do século I a. C. (Peacock e Williams, 1986, p. 87-88).

Tanto as ânforas Dressel 1A, como as Greco-Itálicas, terão sido produzidas na costa ocidental italiana, conhecendo-se oficinas de produção na Etrúria, no Lácio e na Campânia (Hesnard et al., 1989, p. 21-30). Para além destas zonas de produção, as ânforas Greco-Itálicas terão ainda sido produzidas no Egeu e na Sicília (Peacock e Williams, 1986, p. 84). A partir destes pontos, as ânforas de Classe 2 e 3, distribuíram-se por todo o Mediterrâneo Ocidental, transportando vinho no seu interior (Peacock e Williams, 1986, p. 85 e 87; Fabião, 1987, p. 144).

#### 4. Ânforas de Classe 3 em Portugal

Terá sido pois, contendo vinho itálico que estas ânforas chegaram ao actual território português.

O que se conhece hoje da importação de ânforas republicanas para o actual território português é ainda reduzido. Tal como foi verificado noutros dois locais, onde se analisou não só as importações de ânforas de Classe 3, mas de todo o conjunto do material anfórico itálico tardo-republicano (Fabião, 1989, p. 83-117; Arruda e Almeida, 1999), estes materiais encontram-se na sua generalidade insuficientemente publicados e são fruto de achados ocasionais, fora do contexto de escavação.

A sul do Tejo, identificou-se um fragmento de Classe 3 no contexto subaquático da Foz do Arade (Diogo et al., 2000), outro em *Mirobriga* (Diogo, 1999a) e outro ainda no sítio fortificado do Pedrão (Setúbal) (Soares e Silva, 1973). Este último sítio reveste-se de alguma importância, pois, após uma primeira ocupação calcolítica, foi reocupado por volta do séc. I a.C., eventualmente relacionado com as movimentações de Q. Cecílio Metelo Pio (Arruda e Almeida, 1999, p. 335). Com características semelhantes, o Cerro do Cavaco (Tavira) deu a conhecer sete fragmentos de ânfora desta classe (Arruda e Almeida, 1999, p. 330-331), o que constituía, até este momento, o maior conjunto a sul do Tejo.

De Castro Marim conhecem-se dois fragmentos publicados (Arruda e Almeida, 1999, p. 330, Figs. 11, n.º 99 e 12, n.º 100), mas é possível que o seu número total exceda este valor. Há ainda a referir um conjunto de sítios onde se conhecem apenas notícias imprecisas da existência de ânforas Dressel 1A, como sejam Cerro da Rocha Branca (Silves), Faro, Monte Molião (Lagos) e Vila Velha (Portimão), onde se terá igualmente identificado fragmentos da Classe 2 (Arruda e Almeida, 1999, p. 330-331).

As recentes escavações no Castelo da Lousa permitiram identificar fundamentalmente ânforas Dressel 1, entre as quais figuram exemplares da Classe 3 em número indeterminado (Gonçalves e Carvalho, 2002, p. 185). Mais a norte, identificou-se um fragmento de bocal na “praia da Califórnia”, em Tróia, integrado nas ânforas Greco-Itálicas, mas que, pelas dimensões apresentadas (Diogo e Trindade, 1998, quadro 2) e pelos motivos acima apresentados, deverá integrar antes a Classe 3.

O vale do Tejo é a zona que mais vestígios de Dressel 1A tem vindo a fornecer. Na região de Sintra, tanto na *villa* de Ermidas (Pimenta, 1982-83), como no povoado de Santa Eufémia (Arruda

e Almeida, 1999) recolheu-se um fragmento de bocal. Em Lisboa, as escavações do Teatro Romano trouxeram à luz do dia um fragmento de Classe 3 e outro de Classe 2 (Diogo, 2000). O leito do Tejo revelou uma ânfora junto ao Montijo (Banha, 1991-92) e um fragmento de bocal próximo de Salvaterra de Magos (Diogo, 1987). Foi, no entanto, na região de Santarém que se detectaram os vestígios mais significativos deste tipo de contentores. No Alto do Castelo (Alpiarça), recolheram-se duas ânforas (Kalb e Höck, 1984), e em Chões de Alpompe, 21 fragmentos de bocal de Dressel 1A (Classe 3) (Fabião, 1989, p. 101-104).

Chões de Alpompe apresenta o mais antigo lote de ânforas conhecido em Portugal. Para além de produções ibero-púnicas, “neo-púnicas” e do maior conjunto de ânforas de Classe 3, já referidas, este sítio forneceu ainda um bocal de ânfora Greco-Itálica (Fabião, 1989, p. 98).

Escavações recentes em Santarém permitiram a recolha de mais de uma centena de ânforas itálicas, que na sua maioria se integram na Classe 3 (Arruda e Almeida, 1999, p. 316-319).

A norte do Tejo, como seria natural, os vestígios de ânforas da Classe 3 são mais diminutos. Apesar disto, fruto das intensas escavações realizadas em *Conimbriga* identificaram-se aí 36 fragmentos que se inserem dentro das Dressel 1, entre os quais figuram seguramente alguns da Classe 3 (Alarcão, 1976). Mais recentemente, na escavação do *forum* de *Aeminium* recolheram-se dois fragmentos de bocal deste tipo de ânforas (Carvalho, 1998, p. 73, 75 e 160). Finalmente, no castro de Fiães (Feira) identificou-se o fragmento da Classe 3 localizado mais a norte do território nacional (Almeida e Santos, 1971).

Para além destes exemplares, seguramente classificados dentro da Classe 3, há ainda a referir um conjunto de sítios com materiais classificados apenas como Dressel 1, sem definição de variante, sendo possível que entre eles figurem exemplares da Classe 3. Estas classificações devem-se sobretudo ao facto destes fragmentos se tratarem de asas, fundos e bojos, sem possibilidade de precisão tipológica. Exemplo de tais sítios são as *villae* de Courela das Antas (Vidigueira) e Quinta do Freixo (Redondo), a Citânia de Sanfins, S. Marcos (Sintra) e Cabeça de Vaiamonte (ver Fabião, 1989, p. 83-117; Arruda e Almeida, 1999), e ainda os achados subaquáticos no rio Tejo, junto a Alhandra e junto às ilhas Berlengas (Diogo, 1999b; Diogo e Alves, 1988-89).

Trata-se ainda de um conjunto reduzido de materiais, que só se pode explicar por uma incipiente investigação e publicação de materiais. Isto aplica-se sobretudo ao sul do actual território português, uma vez que se trata de uma região com forte tradição mediterrânica desde tempos proto-históricos, onde mais cedo e de forma mais natural se processou a romanização (Fabião, 1989, p. 85).

Apesar da exiguidade da amostragem, verifica-se uma grande variedade de contextos importadores, que, contudo, podem ser divididos em sítios de natureza civil e militar (Arruda e Almeida, 1999).

Os acampamentos militares assumem aqui uma importância primordial, como são exemplo Chões de Alpompe, Santarém, Alto do Castelo ou Cerro do Cavaco, confirmando a suposição de que a importação destas ânforas, associadas às restantes classes de origem itálica, foi motivada pela chegada das tropas invasoras romanas (Fabião, 1989, p. 111-117; Arruda e Almeida, 1999, p. 334).

Dentro dos sítios de natureza civil distinguem-se sítios de origem indígena, como o castro de Fiães, *Conimbriga*, Santa Eufémia, *Mirobriga* ou Castro Marim, e, em número mais reduzido, os de fundação romana, como é seguramente o caso da *villa* de S. Marcos, e possivelmente das *villae* da Quinta do Freixo e Courela de Antas, a confirmar-se nestas últimas a presença da Classe 3.

Para além destes dois tipos de sítios, identifica-se já um terceiro grupo de sítios de natureza submarina, seja ela de tipo marinho ou fluvial, como os achados da Foz do Arade, do Tejo, junto ao Montijo, Alhandra e Salvaterra de Magos e ainda das Berlengas.

Estes achados fortuitos documentam a forma de chegada e distribuição destes contentores e relacionam-se com alguma litoralidade verificada na sua distribuição em sítios terrestres. Apesar desta realidade litoral, mais significativa é a forte relação destes materiais com os estuários de alguns dos grandes rios portugueses, sobretudo o Tejo, mas também o Sado, o Mondego e o Guadiana. Através deles, ter-se-á feito a distribuição do vinho contido nestes recipientes, em relação directa com as movimentações de tropas. A partir destes pontos iniciar-se-iam as redes de distribuição secundárias, em direcção às tropas e também às elites indígenas (Fabião, 1998, p. 175), com eventual alteração do contentor, o que explicaria a ausência destes materiais itálicos em zonas mais interiores (Fabião, 1998, p. 176; Arruda e Almeida, 1999, p. 336).

A distribuição das ânforas de Classe 3 apresenta grandes semelhanças com a de um tipo de recipientes com elas directamente relacionados, as cerâmicas campanienses, já por nós analisadas noutra local (Luís, no prelo).

Dos sítios atrás enunciados, as ânforas de Classe 3 surgem associadas a cerâmicas campanienses na Foz do Arade, Monte Molião, Cerro da Rocha Branca, Cerro do Cavaco, Castro Marim, Castelo da Lousa, *Mirobriga*, Pedrão, Ermidas, Santarém, Chões de Alpompe, *Conimbriga* e no *forum* de *Aeminium*. Destes, os conjuntos mais significativos são os de Castro Marim, com cerca de 300 fragmentos, Santarém, com cerca de 250, Castelo da Lousa, com cerca de 130 (Gonçalves e Carvalho, 2002, p. 184), *Conimbriga* com 86 e *Mirobriga* com pelo menos 18. Os fragmentos dos restantes sítios não ultrapassam a dezena, salientando-se o surpreendente caso dos Chões de Alpompe de onde se conhecem apenas três fragmentos, que contrastam com a sua rica colecção anfórica. As produções dominantes pertencem ao círculo da B, havendo igualmente referências à Classe A na Foz do Arade, Cerro do Cavaco, Monte Molião, Cerro da Rocha Branca, *Mirobriga*, onde é maioritária, Santarém, Chões de Alpompe e *Conimbriga*. As formas seguem o repertório comum de todo o território nacional, sobressaindo as Lamb. 1 (F. 2300) e as Lamb. 5 e 5/7 (F. 2250/2280), seguidas pelas Lamb. 2 (F. 1220/1230), 3 (F. 7540/7550) e 4 (F. 1410) (cf. Luís, no prelo).

Surgindo muitas vezes associadas, cerâmicas campanienses e ânforas itálicas em geral, e Dressel 1A em particular, apresentam uma cronologia e origem semelhantes, bem como uma funcionalidade complementar. Estes dois tipos de materiais, juntamente com a cerâmica de paredes finas e os *simpula*, terão constituído uma baixela, cuja utilização demonstra a clara aquisição do novo hábito de beber vinho itálico, bem como dos rituais com ele relacionados (Fabião, 1998, p. 175; Arruda e Almeida, 1999, p. 337), denunciando uma integração de novos valores.

A distribuição de todos estes materiais demonstram-nos uma vez mais que se o processo de romanização foi por um lado um acto de guerra, ele foi também um processo de aculturação, onde os soldados e os seus costumes tiveram um papel fundamental, que as elites locais, já relativamente mediterraneizadas, se apressaram a imitar. A romanização será assim um passo mais no processo de “mediterraneização” (Fabião, 1998, p. 175), que o sul do território nacional vinha já sofrendo ao longo de todo o I milénio, e que se encontra bem exemplificado em Mértola.

## 5. A importância do achado no contexto da romanização da região de Mértola

Se pouco ainda se conhece de concreto acerca da arqueologia pré-romana de Mértola, sabemos, no entanto, pelos materiais dispersos aí encontrados que a ocupação do cerro junto da confluência da Ribeira de Oeiras com o rio Guadiana deverá remontar pelo menos ao Calcolítico, em virtude do achado de cerâmicas de bordo almendrado em contexto de revolvimento (Rego et al., 1996, p. 124).

É contudo a partir da Idade do Ferro que os vestígios começam a ser mais significativos. Deste período, conhece-se em Mértola uma das mais importantes colecções de cerâmica ática em Portugal (Arruda, 1997, p. 146), apesar de nunca terem sido escavados níveis pré-romanos da cidade. No campo funerário, conhece-se uma *larnax* de tradição oriental (Gomes, 1986) e duas inscrições com escrita do Sudoeste: uma estela, encontrada recentemente no Rossio do Carmo (Faria, 1994, p. 61), e um bétilo, descoberto por Frei Manuel do Cenáculo no Monte das Góias, entretanto já desaparecido (Correia, 1996, p. 71). Também fora de Mértola, em Santana de Cambas, junto às Minas de S. Domingos, foram ainda descobertos dois brincos de ouro de tradição oriental (Parreira e Pinto, 1980, p. 16; Nicolini, 1990, p. 338).

Brincos, *larnax* e cerâmica ática testemunham uma organização social complexa em finais do século V, inícios do IV a.C., possivelmente de tipo chegado (Alarcão, 1996, p. 20). Documentam ainda uma relação com os povos do Mediterrâneo Oriental, através da qual um poder centralizado se terá fortalecido.

Uma prova deste poder parece residir na conhecida muralha exterior de Mértola, cuja cronologia inicialmente se supôs republicana, mas que datará de facto dos séculos VI-III a.C. (Lopes e Hourcade, 2001). Trata-se de uma notável estrutura, reforçada por torres de planta semicircular, com cerca de 4 quilómetros de extensão total, desde o Cerro do Benfica até ao Convento de S. Francisco, na margem esquerda da Ribeira de Oeiras, enquadrando uma área de 70 hectares. O gigantismo da estrutura, que não se compreende à luz de preocupações estritamente militares, reforça a ideia de estarmos perante um forte poder centralizado pré-romano, que se protege, mas sobretudo ostenta.

As razões desta complexidade social estarão certamente relacionadas com a actividade económica. Mértola situa-se no centro de uma região com forte aptidão mineira, parte integrante da Faixa Piritosa Ibérica, a mais rica região de exploração de metais básicos da Europa (Oliveira e Oliveira, 1996, p. 10). À falta de vestígios mais evidentes, a prova da exploração mineira em períodos pré-romanos poderá estar nos brincos de ouro de Santana de Cambas, achados numa zona comprovadamente explorada desde o período romano, até aos inícios do século XX. Acrescer a isto, relembre-se que Mértola se situa no ponto extremo da navegabilidade do Guadiana, facilitando o contacto e as trocas com os povos do Mediterrâneo e funcionando como porta de entrada no sudoeste peninsular. Já noutra local (Luís, no prelo), defendemos que esta realidade geográfica confere a Mértola um estatuto verdadeiramente litoral, o que é comprovado pela passagem de Pompónio Mela (*Corografia*, 3, 7), que situa a cidade no Promontório *Cuneus*, juntamente com *Balsa*, *Ossonoba* e *Portus Hannibalis*.

Com uma forte tradição mediterrânica, *Myrtilis* terá assistido a uma rápida e precoce romanização, talvez logo nos inícios do século II a.C., durante as Guerras Lusitanas (Fabião, 1987, p. 147), servindo de porto de entrada para os exércitos romanos e de base de operações durante as guerras que se lhe seguiram, revelando uma inquestionável importância estratégica (Alarcão, 1985, p. 101).

Até ao momento, estas suposições são apenas comprovadas em termos materiais por um conjunto de materiais avulsos que se tem vindo a conhecer, já que se deverá descartar uma primeira datação republicana da muralha exterior e as datações das restantes estruturas monumentais da cidade romana, como o criptopórtico, as muralhas e a chamada torre do rio, apon-tam todas para datas a partir do século III d.C. (Macías, 1996, p. 26-28 e 52).

Em primeiro lugar realce-se a colecção de cerâmicas campanienses de Mértola, que constitui o maior conjunto destes materiais conhecidos e estudados em território português, perfazendo um total de 572 fragmentos. Destes, 84% integram-se na Classe A, e 12% no círculo da B,



o que se revela de todo singular no panorama campaniense português, onde as B e afins dominam esmagadoramente. Em termos formais, dominam as páteras — como as F. 1310 (Lamb. 36), 1440 (Lamb. 6), 1740, 2230-80 (Lamb. 5/7) —, logo seguidas pelas taças sem asas — como as F. 1550, 2150 (Lamb. 33a), 2320 (Lamb. 1), 2580, 2680 (Lamb. 22), 2820, 2940, 2950, 2970 (Lamb. 33b) e 2980 (Lamb. 31c) e, com valores bastante menos significativos, as *pyxides* como as F. 1220-30 (Lamb. 2) e 7540/50 (Lamb. 3) (Luís, no prelo).

Sem contextualização arqueológica, o panorama tipológico das campanienses de Mértola faz datar a afluência destes materiais à cidade desde a primeira metade do séc. II a.C., mas sobretudo durante a segunda metade (Luís, no prelo).

Embora mal conhecidos, os dois tesouros de denários consulares identificados nas imediações de Mértola são fundamentais para a compreensão do papel da cidade nos inícios da romanização, situando a cidade antiga no centro das convulsões sociais e políticas dos finais do século II, inícios do I a.C. Do primeiro, identificado em 1634 nas margens do Guadiana junto a Mértola, conhece-se a datação de 126 a.C. para um dos denários, embora se ignore que se este pertenceria à última série presente (Hipólito, 1960-61, p. 88-89). Do segundo, foi estudada recentemente uma pequena parcela que se datou por volta do ano 100 a.C. (Faria, 1991-92, p. 84).

A análise do perfil da amostra conhecida deste segundo tesouro distingue-o claramente dos restantes tesouros lusitanos, aproximando-se em grande medida de amostras italianas (Volk, 1999, p. 358). Este facto pode-se explicar pela sua proveniência directa da Península Itálica, ou de uma outra região do mercado romano com padrões semelhantes de constituição dos tesouros (Volk, 1999, p. 361-362), o que sugere que o seu proprietário tenha tido um acesso directo a essa região. Este facto pode-nos levar a supor que se trataria de um comerciante ou militar, dois grupos que terão tido alguma importância na vida da cidade de Mértola na passagem do séc. II para o I a.C.

A interpretação dos tesouros republicanos tem variado entre a sua atribuição a saques indígenas contra as populações invasoras (Alarcão, 1989, p. 239) e a sua atribuição a estas, seja em contexto de ataque indígena em zona conquistada (Alarcão, 1999, p. 2), seja fruto das economias dos militares romanos, antes da sua movimentação para zonas de conflito (Faria, 1991-92, p. 93-94). Pensamos estar perante um ambiente já algo romanizado na passagem do séc. II para o I, pelo que estas ocultações deverão estar relacionadas com a presença de tropas romanas na região.

Esta importância estratégica de Mértola parece ter continuado durante a primeira metade do séc. I a.C. Prova disso são as cunhagens de *L. Appuleius Decianus*, que apresentam no anverso o topónimo MURTI, e que deverão datar das Guerras Sertorianas, enquanto que uma outra cunhagem, apresentando no anverso uma cabeça provavelmente de Júpiter e na outra face uma águia sobre a legenda toponímica, deverá já datar de entre 70 e 40 a.C. (Faria, 1995, p. 148-149).

Ainda da primeira metade do século I a.C. deverá datar o conjunto de ânforas da Classe 5 (Dressel 1C) e 8 (Lamboglia 2) (Fabião, 1987), exumadas por Bernardo de Sá (Vasconcelos, 1905) na margem esquerda do Guadiana, em frente a Mértola.

Em oposição a estes dados, a importação de cerâmicas campanienses parece ter sofrido um abrandamento, verificando-se uma raridade de importações típicas do séc. I a.C., nomeadamente ao nível das formas do círculo da B. Isto poderá corresponder a uma realidade económica ou derivar de uma deficiente amostragem nos materiais campanienses conhecidos (Luís, no prelo).

É no contexto que acabamos de traçar, que se inserem as ânforas de Mata-Filhos.

Dentro do panorama das ânforas de Classe 3 em Portugal, estes fragmentos constituem de momento o mais significativo conjunto publicado do sul do território e o segundo maior em

termos nacionais, apenas suplantado pelo de Chões de Alpompe. Confirma-se pois a suposição quanto à identificação de achados das ânforas romanas mais antigas no sul do nosso território (Fabião, 1989, p. 115).

Para além da relação com Chões de Alpompe em termos numéricos, as ânforas de Mata-Filhos relacionam-se também com aquele sítio em termos da natureza do sítio de proveniência. As estruturas evidenciadas à superfície e o seu local de implantação fazem-nos supor uma função de tipo militar. Para além da larga muralha que se percebe, fundamentamos esta ideia sobretudo no talude de terra, que poderá ser definido como um *agger*, sobre o qual assentaria uma paliçada, formando um *vallum*, estrutura defensiva típica das tropas romanas (Cagnat, 1913).

Mata-Filhos integrar-se-á assim no conjunto de locais de natureza militar que são até ao momento aqueles que maior abundância de ânforas da Classe 3 evidenciaram, como sejam os acima mencionados Chões de Alpompe, Santarém, Alto do Castelo, Cerro do Cavaco e Pedrão. Pela sua dimensão, julgamos poder estabelecer uma comparação mais estreita entre Mata-Filhos e Pedrão. Tratam-se de sítios de natureza fortificada, de tamanho médio, com uma ocupação que não atinge momentos imperiais. Supõe-se assim que se tratem de instalações militares, apelidadas já de fortins (Arruda e Almeida, 1999, nota 80), que albergariam pequenos contingentes militares. Tendo em conta este facto e as datações dos materiais apresentados, relacionou-se já a ocupação do Pedrão, bem como a do Cerro do Cavaco, com alguns episódios das Guerras Sertorianas (Arruda e Almeida, 1999, p. 334-335).

Se a importância da região de Mértola durante o processo de conquista romana era já presumida, Mata-Filhos e as suas ânforas, conjugadas com um conjunto de materiais coevos já conhecidos, dos quais salientamos os tesouros monetários e as cunhagens de *L. Apulleius Decianus*, atestam essa importância e colocam a cidade no palco dos acontecimentos político-militares na passagem do II para o I século a.C. A inexistência de ânforas da Classe 5 e 8 em Mata-Filhos e da Classe 3 em Além-Rio, depósito datado da primeira metade do séc. I a.C., levam-nos a não supor uma contemporaneidade dos dois conjuntos, devendo o de Mata-Filhos ser anterior. A escassez do material evidenciado à superfície, exceptuando as ânforas, sugere-nos uma ocupação curta e directamente relacionada com algum evento da história político-militar da ocupação desta região que por agora nos escapa.

Sem a escavação arqueológica de níveis republicanos, a identificação deste tipo de materiais em estratigrafia e a sua relação com estruturas contemporâneas em Mértola e na região envolvente, não poderemos precisar os indícios aqui deixados nem aclarar as presunções que estas ânforas nos sugerem.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este texto surge na sequência de um trabalho apresentado em 1998, no âmbito de um curso de mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Agradecemos ao Doutor Jorge de Alarcão, nosso professor de Cerâmicas Romanas, à Dra. Marta Mendes na detecção do sítio, ao Dr. Miguel Rego no levantamento da planta, ao Doutor Nunes Pinto na correcção dos nossos desenhos e à Dra. María Avellá Caimari na sua tinteagem.

<sup>2</sup> Arqueólogo  
Parque Arqueológico do Vale do Côa  
Av. Gago Coutinho, 19-A  
5150-610 Vila Nova de Foz Côa  
E-mail: luisluis.pavc@ipa.min-cultura.pt

<sup>3</sup> O cerro localiza-se na freguesia e concelho de Mértola, distrito de Beja, e as suas coordenadas GAUSS são C 818 349.

<sup>4</sup> Existem já dois sítios arqueológicos assinalados junto à Horta de Mata-Filhos, por um levantamento inédito do Campo Arqueológico de Mértola, Mata-Filhos I e II (CAM, s.d.). Contudo os vestígios aí assinalados não coincidem com estes, uma vez que referem cerâmicas da Idade do Ferro e do século XV-XVI respectivamente. Dada a numeração dos sítios já conhecidos, o local em análise deverá ser inventariado com Mata-Filhos III.

<sup>5</sup> Todos os materiais recolhidos no local, incluindo os descritos, foram por nós depositados no Campo Arqueológico de Mértola, por intermédio do Dr. Virgílio Lopes.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1976) - Les Amphores. In ALARCÃO, J. de; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M.; PONTE, S. da - *Fouilles de Conimbriga. VI. Céramiques diverses et verres*. Paris: Diffusion du Bocard, p. 79-91.
- ALARCÃO, J. de (1985) - Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve: a propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 99-111.
- ALARCÃO, J. de (1989) - [Recensão a] J. C. Edmondson, Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 236-243.
- ALARCÃO, J. de (1996) - Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In VILLAR, F.; ENCARNAÇÃO, J. d', eds. - *La Hispania prerromana: Actas del VI coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Peninsula Iberica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 19-36.
- ALARCÃO, J. de (1999) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. In Centeno, R. M. S.; Garcia-Bellido; Mora, G. eds. - *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (Anejos del Archivo Español de Arqueología; 20). Madrid: CSIC, p. 1-8.
- ALMEIDA, C. A. F.; SANTOS, E. (1971) - O Castro de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. 2: Série História, p. 147-169.
- ARRUDA, A. (1997) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Edições Colibri.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. de (1999) - As importações de vinho itálico para o território actualmente português: contextos, cronologias e significado. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. - *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection de la Casa de Velázquez; 65, p. 307-337.
- BANHA, C. M. S. (1991-92) - As ânforas da villa romana de Povos. *Cira. Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira. 6, p. 50-90.
- BOIÇA, J. F.; BARROS, M. de F. R. (1995) - *As terras, as serras e os rios: as memórias paroquiais de 1758 do concelho de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- CAILLEUX, A. (s.d.) - *Code des couleurs des sols*. [S. l.]: Boubée.
- CAGNAT, R. (1913) - Vallum. In DAREMBERG, C.; SAGLIO, E., dir. - *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*. Tomo V. Paris: Hachette, p. 626.
- CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA (s.d.) - *Levantamento arqueológico do concelho de Mértola* (documento consultado nas instalações do C.A.M.).
- CARVALHO, P. C. (1998) - *O Forum de Aeminium*. [S.l.]: Instituto Português dos Museus.
- CORREIA, V. H. (1996) - *A epigrafia da Idade do Ferro no Sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Edições Etnos.
- DIOGO, A. M. D. (1987) - Ânforas provenientes do rio Tejo (Salvaterra de Magos), no Museu do Mar. *Arqueologia*. Porto. 16, p. 112.
- DIOGO, A. M. D. (1999a) - Ânforas romanas de Miróbriga. *Arquivo de Beja*. Beja. 3.ª série. 10, p. 15-27.
- DIOGO, A. M. D. (1999b) - Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 235-248.
- DIOGO, A. M. D. (2000) - As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:1, p. 163-179.
- DIOGO, A. M. D.; ALVES, F. J. S. (1988-89) - Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série. 6-7, p. 227-240.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P.; REINER, F. (2000) - Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, p. 81-118.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) - Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação das ânforas romanas em território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série. 16, p. 187-220.
- FABIÃO, C. (1987) - Ânforas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série. 5, p. 125-148.
- FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ.
- FABIÃO, C. (1998) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 169-198.
- FARIA, A. M. de (1991-1992) - Três tesouros monetários romanos da época republicana. *Nummus*. Porto. 2.ª série. 14-15, p. 79-94.
- FARIA, A. M. de (1994) - Uma inscrição em caracteres do Sudoeste achada em Mértola. *Vipasca*. Aljustrel. 3, p. 61-63.
- FARIA, A. M. de (1995) - Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In GARCÍA-BELLIDO, M. P.; CENTENO, R. M. S., eds. - *La moneda hispánica: ciudad y territorio* (Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua, Madrid, noviembre 1994). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Sociedade Portuguesa de Numismática (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 14), p. 143-153.
- GOMES, M. V. (1986) - Uma *Jarnax* de Mértola (Beja). *Arquivo de Beja*. Beja. 2.ª série. 3, p. 57-70.

- GONÇALVES, A.; CARVALHO, P. C. (2002) - Intervenção arqueológica no Castelo da Lousa. *Al-madan*. Almada. 2.<sup>a</sup> série. 11, p. 181-188.
- HESNARD, A.; LEMOINE, C. (1981) - Les amphores du Cécube et du Falerne: prospections, typologie, analyses. *Mélanges de L'École Française de Rome (Antiquité)*. Rome: École Française de Rome. 93:1, p. 243-295.
- HESNARD, A.; RICQ, M.; ARTHUR, P.; PICON, M.; TCHERNIA, A. (1989) - Aires de production des gréco-italiques et des Dr. 1. In *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche*. Rome: École Française de Rome, p. 21-65.
- HIPÓLITO, M. de C. (1960-1961) - Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. 12, p. 215-218.
- JONCHERAY, J.-P. (1976) - *Nouvelle classification des amphores découvertes lors de fouilles sous-marines*. Frejus: [s.n.].
- KALB, P.; HÖCK, M. (1984) - O Alto do Castelo, Alpiarça (Distrito de Santarém): Acampamento romano ou fortificação pré-romana? In *Livro do 2.º Congresso de monumentos militares portugueses*. [S.l.]: Património XXI, Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, p. 239-245.
- LAMBOGLIA, N. (1955) - Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicana (II-I secolo a.C.). *Rivista di Studi Liguri*. Bordighera. 21:3-4, p. 241-270.
- LOPES, V.; HOURCADE, D. (2001) - A muralha pré-romana de Mértola. *Al-Madan*. Almada. 2.<sup>a</sup> série. 10, p. 209.
- LUÍS, L. (no prelo) - *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 27).
- MACÍAS, S. (1996) - *Mértola islâmica: estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*. [S. l.]: Campo Arqueológico de Mértola.
- NICOLINI, G. (1990) - *Techniques des ors antiques: la bijouterie ibérique du VII<sup>e</sup> au IV<sup>e</sup> siècle*. Condé-sur-Noireau: Picard.
- OLIVEIRA, J. T.; OLIVEIRA, V. (1996) - Síntese da geologia da faixa piritosa em Portugal, e das principais mineralizações associadas. In REGO, M., coord. - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal, p. 8-27.
- PARREIRA, R.; PINTO, C. V. (1980) - *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) - *Amphorae and the Roman Economy: An Introductory Guide*. London and New York: Longman.
- PIMENTA, F. C. (1982-83) - Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra. *Sintria*. Sintra. 1-2, p. 126.
- REGO, M.; GUERRERO, O.; GÓMEZ, F. (1996) - Mértola: una ciudad mediterránea en el contexto de la edad del hierro del Bajo Guadiana. In *Actas de las I Jornadas transfronteirizas sobre la contienda hispano-portuguesa, Tomo I*. Aroche: Escuela Taller Contienda.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. da (1973) - Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas. I*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 245-305.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) - Exploração archeologica em Mértola. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 10, p. 95-100.
- VOLK, T. R. (1999) - The Composition, Distribution and Formation of Roman Republican Coin-Hoards from S. Hispania, c. 100 BC. In CENTENO, R. M. S.; GARCÍA-BELLIDO, M. P.; MORA, G., eds. - *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (Anejos del Archivo Español de Arqueología; 20). Madrid: CSIC, p. 349-364.